

Os Patriotas Ficalhos e a Defesa do Liberalismo Constitucional

Mestre
Luís Miguel Pulido Garcia Cardoso de Menezes



Introdução

Este artigo pretende retratar uma família - Ficalho -, que se distinguiu na primeira metade do século XIX, na guerra peninsular contra as tropas francesas (1811-1812) e na guerra civil que delicerou o país entre 1828 e 1834.

Começa com o Tenente-Coronel, Francisco José de Mello Breyner Telles da Sylva (1781-1812), 2º. Conde de Ficalho que, após ser preso por ordem do Marechal William Carr Beresford (1768-1854), aos vinte e nove anos, assenta praça como soldado voluntário em 1810, cobrindo-se de glória na batalha de Albuera, Espanha em 16-5-1811, e na de Arapiles, Salamanca, em 22-8-1812, morrendo dos ferimentos sofridos nesta última batalha.

Continua com sua mulher, D. Eugénia Maurícia Tomásia de Almeida Portugal (1784-1859), 1ª. Duquesa de Ficalho e Camareira-mor da Rainha D. Maria II que, no aceso das lutas contra D. Miguel, chama os quatro filhos varões ao oratório da capela do Palácio dos Caetanos, em Lisboa, incitando-os a que cumprissem com o seu dever de soldados e na defesa dos princípios liberais. Por este motivo, foi encarcerada durante cinco anos no Convento de Carnide entre 1828-1833, sofrendo vexames e maltratos das freiras dessa instituição.

Coube também a um membro desta família, Tomás de Mello Breyner (1786-1854), a honra de receber das mãos imperiais de D. Pedro I a primeira bandeira azul e branca, bordada por D. Maria II, a ser implantada no Continente a 8-7-1832. Este episódio está retratado em baixo relevo no sopé da estátua equestre do rei D. Pedro IV, na praça da Liberdade da cidade do Porto.

Por último, retrata-se o percurso pessoal, militar e político dos filhos do 2º. Conde e da 1ª. Duquesa de Ficalho: o Tenente-Coronel do Exército, António José Maria Ana Filipe

Francisco de Assis Xavier Sales de Borja de Paula de Mello Breyner Telles da Sylva (1806-1893), 2.º Marquês de Ficalho de juro e herdade; o Coronel de Infantaria, Luiz Maria José Ana Joaquim Domingos Francisco de Assis de Borja de Sales Xavier de Paula Evaristo Ciro Cipriano de Mello Breyner (1807-1876), 2.º. Conde de Sobral; o Oficial da Marinha, José Maria António Joaquim Ana Luiz Domingos Francisco Xavier de Paula João Boaventura de Mello Breyner (1810-); e o General de Brigada, Francisco António de Jesus Maria Joaquim Ana Luiz Domingos Vicente de Paula de Borja de Assis Xavier de Sales de Mello Breyner (1811-1884), 2.º. Conde de Mafra, etc.

O 2.º Conde de Ficalho

O primeiro membro que se destacou desta família foi Francisco José de Mello Breyner Telles da Sylva, 2.º. Conde de Ficalho (por despacho publicado no Rio de Janeiro em 17-12-1811 e em Lisboa na Gazeta de 3-4-1812), Vedor da Princesa D. Maria Francisca Benedita, viúva do Príncipe do Brasil, D. José, e irmã de D. Maria I (antes de 1807), 5.º. Senhor da Vila Verde de Ficalho, Alcaide-mor das vilas de Alcanede e Pernes, Comendador de Alcanede na Ordem de Avis, Senhor do Morgado de Serpa, Comendador das comendas de S. Martinho de Pinhel, S. Pedro de Gouveia e de S.^{ta} Maria de Veia, todas na Ordem de Cristo, etc.⁽¹⁾.



Francisco José de Mello Breyner Telles da Sylva (1781-1812), 2.º. Conde de Ficalho

Seguiu a carreira das armas como seu pai, sendo em 1810 Major de Infantaria 13. Foi nessa ocasião que, tendo-se demorado, sem licença em Lisboa, e alegando doença como justificação, o Marechal William Carr Beresford o mandou prender e obrigou a pedir a demissão, com um aspérrimo comentário publicado ao Exército, em que Francisco de Mello era acusado de fugir ao serviço do Príncipe Regente e da Nação na hora de perigo^[2].

Cumprida a prisão, o fidalgo reclamou para o governo do Brasil acerca do castigo imposto, da forma porque fora averbado e durante um ano aguardou resposta. O Marquês de Olhão, desistiu de ocupar o seu cargo no governo do Reino, sentindo-se atingido pela insultuosa maneira porque trataram o seu parente.

Sentindo-se ferido na sua honra e na nobre e valorosa tradição da sua família, assentou praça como soldado voluntário e tão brilhante conduta teve que, logo um ano depois, em 1811, o Marechal Beresford, reconhecia em ordem do dia, ao exército, quão injusto fora para com o ilustre fidalgo e bravo militar, que por todas as formas se cobrira de glória, principalmente quando, ferido na batalha de Albuera, continuou combatendo. Nessa tão honrosa retractação do Marechal, não só se proclamara bem alto o valor e qualidades de Francisco de Mello, mas se dizia que o mesmo Marechal, não podia deixar de recomendar a S.A.R. que o dito Francisco de Mello, fosse reintegrado no posto e antiguidade que tinha, como se não houvesse saído dele.



William Carr Beresford (1768-1854), 1º. Marquês de Campo Maior e Visconde de Beresford na Grã-Bretanha, Marechal-General do Exército Português

A batalha dera-se em 16-5-1811 e ele escrevia à mãe de seus filhos: «*Tendo sido muito cumprimentado por todos os oficiais e em particular dos ingleses, e todos estão admirados do Marechal dizer tão positivamente, que se retracta de tudo o que disse; é verdade que a expressão é a mais forte possível, mas na minha opinião a Ordem fez tanta ou mais honra ao Marechal, como a mim, porque poucas pessoas nas suas circunstâncias diriam o que ele diz e é preciso ter um fundo de honra para confessar, de boa fé e em público, que se errou, mas o que é certo e pode tirar-se como fundo desta meditação, é que façamos sempre o nosso dever à risca que a verdade sempre há-de aparecer; prega esta verdade aos filhos, sempre, e faremos muito se lha imprimir-mos no coração*». Esta solene reparação, dada pelo Marechal inglês, não afrouxou o zelo e pundonor militar do Conde de Ficalho, que na batalha de Arapiles, Salamanca, em 22-8-1812, comandando como Tenente-Coronel o Regimento de Infantaria 8, caiu varado pelas balas francesas, agarrado à bandeira do seu regimento. Fora atingido por uma bala que lhe quebrara o osso da coxa direita, ficando perto dele alojada.

Transportado em maca para o Hospital Militar de Salamanca, logo pediu os socorros da Igreja. A bala não foi extraída, mas o ferido foi melhorando e já se dispunha a vir para Lisboa, quando no dia 24 teve arrepios e febre, vindo a morrer no dia 25 duma septicemia. Tinha ele na algibeira das calças, um livro de orações que foi atravessado pelo mesmo projectil que lhe quebrara o osso.

Wellington enviara, em 25 de Agosto, o seu despacho acerca dos mais briosos oficiais na batalha de Salamanca. Citava os brigadeiros Bradford, Sprye, Pwer, Pack, o Conde de Resende, o Conde de Urban e os coronéis Thomaz Stubs, Luiz do Rego Barreto e o Tenente-Coronel, Conde de Ficalho. Quando a Gazeta de Lisboa de 9-9-1812 chegou às mãos da Condessa D. Eugénia, com aquele elogio aos intrépidos militares, já ela se sabia viúva. Encontrou o Conde de Ficalho, nessa morte gloriosa, justo remate a uma carreira passada ao serviço da Pátria.^[3]

Nasceu em S^{ta}. Maria de Serpa, a 17-10-1781, e morreu em Salamanca, Espanha, a 25-8-1812.

A 1.^a Duquesa de Ficalho

Casou em S^{ta}. Engrácia, Lisboa, a 22-9-1803 com D. Eugénia Maurícia Tomásia de Almeida Portugal, 1.^a Duquesa e 1.^a Marquesa de Ficalho (carta de 14-5-1836 e decreto de 4-4-1833), Camareira-mor da Rainha D. Maria II (carta de 14-5-1836) e da Rainha D. Estefânia, Dama da Ordem de S^{ta}. Isabel, etc.^[4]. Esta senhora distinguiu-se pela sua grande nobreza e patriotismo de sentimentos heroicos, que igualavam os do seu marido. Foi dedicadíssima à causa da Rainha D. Maria II, da qual veio a ser Camareira-mor. No mais aceso das lutas contra D. Miguel, chamou a Condessa de Ficalho os quatro filhos varões ao oratório da capela do Palácio dos Caetanos, incitando-os a que cumprissem o seu dever de militares e na defesa dos princípios liberais com as palavras «*Só Deus dá a virtude e o valor é uma virtude. Peçam a Deus que lhes dê valor*». Todos oraram com a

mãe, que deles se despediu, abraçando-os com a mais estóica impassibilidade. Só depois de eles saírem a sua sensibilidade de mãe que manda os filhos para a guerra reagiu e a Condessa foi encontrada por uma parente, caída e desmaiada sobre os degraus do altar.



D. Eugénia Maurícia Tomásia de Almeida Portugal (1784-1859),
1^a. Duquesa de Ficalho

No dia seguinte a casa foi invadida pelos esbirros miguelistas, que procuraram os rapazes e como não puderam achá-los, perguntaram pela mãe. A Condessa de Ficalho, calculando o que a esperava, tinha-se refugiado numa casa amiga, mas foi denunciada por uma criada que supunham de confiança! O governo de D. Miguel, por este facto, encarcerou-a no Convento de Carnide, onde durante cinco anos (1828-33), sofreu vexames e maltratos das freiras indisciplinadas.

Mostrava-se severíssima a clausura em Carnide e não chegavam à cela da Condessa os ecos do que se passava no mundo. Buscavam assim abater o orgulho da cativa. Ocultando-lhe o que se passava, esperavam vê-la súplica, a inquirir a sorte dos filhos. Esmorecia-se o rosto da prisioneira, porém o espírito retemperava-se-lhe tanto que parecia resplandecer nas maneiras pelas quais a nobre senhora anunciava que nem

sequer seria capaz de pedir uma sede de água às suas vigilantes fanáticas, e menos um consolo. Odiavam-lhe a altivez, queriam-na abatida, por terra, inquieta, chorosa. Porém, o rosto da Condessa, onde as rugas iam vincando, não acusava, em presença das monjas, o menor sinal revelador de suas dores.

Em certa noite de espertina, reparou que algumas religiosas, contra o costume, rezavam em voz alta da cela que lhe servia de cárcere. Pôs-se à escuta e percebeu que uma das criaturas pedia um «*Pai-nosso por alma dos Ficalhos, que tinham morrido no cerco do Porto*».

Na sua angústia, a Condessa de Ficalho contou tudo ao confessor que era de má raça, pois sabia que a lamúria das freiras não passava duma cruel mentira e nada disse à mãe aflita. Contou, porém, o caso a outro frade seu conhecido, que ia pregar ao Convento e aproveitava essas ocasiões para caridosamente a ter ao corrente de que os filhos estavam ainda vivos, servindo-se de expressões como «*os malhados tinham sete fôlegos, que não haviam mal que lhes chegasse, que os vasos ruins não quebravam e enfim, que os quatro Ficalhos, malditos inimigos do trono e do altar, esses bandidos que todos julgavam mortos, afinal tinham escapado e lá andavam no Porto vivos e são como peros*».

Por este e outros ardilosos meios conseguia a nobre senhora saber notícias dos que lhe eram mais queridos no mundo, e que valentemente se batiam no exército de El-Rei D. Pedro IV de Portugal. Quando em 24-7-1833, entrando o Duque da Terceira em Lisboa, foi seu filho primogénito, o 2º. Marquês de Ficalho, imediatamente a Carnide, libertá-la daquele odioso cativo político.

De alma profundamente religiosa, fizera a Condessa a promessa de subir descalça e de joelhos a Calçada da Graça até ao Santuário do Senhor dos Passos, caso os seus filhos sobrevivessem a este conflito. O povo, que assistia ao espectáculo daquela grande senhora da Corte, magoando e ferindo os pés nas pedras, saudava-a com respeito e dizia «*Deixem passar! É a mãe dos Ficalhos! Deixem passar!*» Tudo sacrificara pela Pátria e achava agora dulcíssima a penitência.

A Condessa de Ficalho, foi criada Marquesa de Ficalho em duas vidas, por decreto de 4-4-1833 e carta de 6-7-1841 «*em recompensa dos muitos, relevantes e desinteressados serviços, por ela e por seus filhos prestados à causa liberal*». Posteriormente, foi Camareira-mor da Rainha D. Maria II de Portugal e Duquesa de Ficalho, por carta de 14-5-1836.

O título de Marquês foi declarado de juro e herdade em favor de seu filho António de Mello Breyner Telles da Sylva, 3º. Conde de Ficalho, por decreto de 1-12-1834.

Após a subida ao trono da Rainha D. Maria II de Portugal, ficou a família Ficalho em grande maioria na Corte, que manifestou poucas simpatias pelos ministros ditos “chamorros” e parecia inclinar-se mais para a esquerda liberal. A Duquesa de Ficalho, D. Eugénia Maurícia Tomásia de Almeida Portugal, era a Camareira-mor; sua filha, D. Maria Margarida de Mello Breyner, viúva do General D. Thomaz de Assis Mascarenhas, foi feita Dama; o Mordomo-mor era o Marquês de Sampaio; o Duque da Terceira, foi feito

Estribeiro-mor; além destes havia quatro Camaristas, o Marquês de Santa Iria, o Marquês de Valença, D. Lourenço José Xavier de Lima, 1.º Conde de Mafra e Thomaz de Mello Breyner, que exercia também o importante cargo de Vedor da Casa Real.

Por isso, S.M. a Rainha Vitória da Grã-Bretanha, numa carta dirigida, em 16-1-1837, ao tio, o Rei Leopoldo I da Bélgica, mostrava-se preocupada com a “camarilha” que rodeava a Rainha D. Maria II e desconfiava do Conde de Lavradio, irmão da 1.ª Duquesa de Ficalho «*He praises our dear Ferdinand most exceedingly, but as for the poor Queen, what he told us does not redound much to her credit; one good quality, however, she has, which is her excessive fondness for and real obedience to Ferdinand. She is unfortunately surrounded by a camarilla who poison her ears, and fetter all her actions; poor soul! she is much to be pitied. About Lavradio you will also have, I fear, heard but too much*».^[5]

Numa outra carta, dirigida também ao tio, em 23 do mesmo mês e ano, S.M. Britânica assim escrevia «*Poor, good Donna Maria! I feel much for her; her education was one of the worst that could be. As long as those Ficalhos and Melos remain about her, nothing can be done*».^[6] Estas informações, eram possivelmente dadas por Lord Howard de Walden, que esteve em Lisboa como Ministro da Inglaterra, desde 1833 a 1847, e foi um dos principais, senão o principal apoio de D. Pedro IV para sentar a sua filha no trono de Portugal. Mellos, Ficalhos e Lavradios eram a mesma gente dedicada, como se viu no decorrer dos anos.

Em 4-5-1835 formou-se um ministério presidido por D. Vitório Maria Francisco de Souza Coutinho Teixeira de Andrade Barbosa (1790-1857), 2.º Conde de Linhares, que, além da Presidência do Conselho de Ministros, detinha a pasta dos Negócios Estrangeiros.^[7] Este gabinete era ainda composto por Agostinho José Freire, na pasta do Reino e da Marinha; por Manuel Duarte Leitão, na pasta da Justiça; por José da Silva Carvalho, na pasta da Fazenda e pelo 1.º Conde de Vila Real, na pasta da Guerra. Este ministério teve uma vida efémera, sendo substituído a 27 de Maio pelo 1.º Marquês de Saldanha. A queda deste Ministério foi erradamente a uma intriga da Corte.

José M. Sousa Monteiro, na sua obra “História de Portugal”, escreve «*O que não tinha podido conseguir a oposição parlamentar, conseguiu-o uma intriga palaciana; desavenças entre o Ministro do Reino, Agostinho José Freire e a Camareira-mor Marquesa (hoje Duquesa) de Ficalho, fizeram acabar a duração deste gabinete, quando ainda não contava um mês de existência*».^[8]

Maria Amália Vaz de Carvalho, na sua monografia “Vida do Duque de Palmela”, atribui igualmente a queda do Ministério a uma grave discussão entre Agostinho José Freire, partidário fiel da Imperatriz e talvez das suas pretensões, e a Marquesa de Ficalho, apesar de Palmela declarar que ignorava os pormenores da intriga que derrubara o Ministério.^[9]

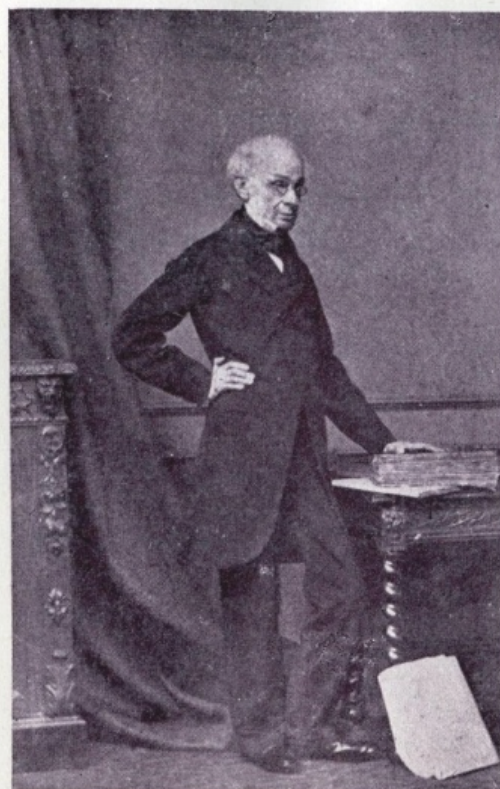
Tanto Sousa Monteiro, como Maria Amália Vaz de Carvalho, fizeram eco de boatos do tempo, que eram menos exactos. A verdadeira causa da queda do Ministério, fora a concessão do título de Visconde de Geraz do Lima, a 27-4-1835, dado ao General Luís do

Rego Barreto (1777-1840), concessão que a Rainha assinou “enganada” pelo Ministro do Reino^[10]. «Poucas horas depois de V. sahir de Lisboa - escreve a Marquesa de Ficalho ao Conde de Lavradio - soube a Rainha (não por mim, porque o não sabia) que Luiz do Rego, se tinha justificado com o Senhor D. Miguel, o que os Ministros lhe tinham encoberto, e o tinham proposto com um título e, alem d`isto outras coisas semelhantes. A Rainha desesperou-se e disse: Dou a demissão ao Freire, que me enganou! Eu nem uma palavra lhe disse, porque não queria falar em negocios. No outro dia, ao meio-dia, mandou chamar o Conde de Villa Real e disse-lhe que Ella queria dar a demissão ao Freire e que referendasse o Decreto; elle não quiz, a Rainha mandou chamar os outros, um por um, e todos lhe responderam o mesmo; o ultimo foi o Leitão ás nove horas da noite. Então a Rainha disse: Nenhum quer fazer o que Eu mando: procurarei outros! E, a essa hora, mandou chamar o Marquez de Saldanha e disse-lhe que formasse um Ministerio; isto tudo foi feito por Ela...Entrou o novo Ministerio, ficando o velho amaldiçoando-me e julgando ser eu, Maria e o mano Thomaz os cumplices d`este crime!»^[11].

O 2º. Conde de Lavradio assegurava que, atendendo ao carácter digno de sua irmã, nem um instante duvidou da veracidade da narrativa^[12].



CONDE DO LAVRADIO, D. FRANCISCO DE ALMEIDA



O CONDE DE LAVRADIO
D. Francisco d'Almeida Portugal
1796 — 1855
Ministro em Londres e Embaixador junto da Santa Sé

D. Francisco de Almeida Portugal (1797-1870), 2º. Conde de Lavradio,

Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ministro Plenipotenciário em Londres (1851-1869)
e em Roma (1869-1870)

Em 1835, era o 2º. Conde de Lavradio incumbido de ajustar o casamento da Rainha D. Maria II com D. Fernando de Saxe-Coburgo, após a morte prematura de D. Augusto de Leuchtemberg, primeiro marido daquela soberana.

Em Coburgo, o Conde fora agraciado com a Ordem de Ernesto Pio. A Rainha felicita-o «*esperando que o Conde a ponha ao menos alguma vez na roda do ano*». Um dia autoriza a 1ª. Marquesa de Ficalho, sua Camareira-mor, a acrescentar para o irmão algumas linhas na mesma folha de papel, em que ela própria já escrevera! De outra vez, informa Lavradio de que a Marquesa não pode escrever por estar adoentada (com algum defluxo) e não vá o irmão distante ficar inquieto, acrescenta gentilmente, «*mas sempre lhe quero dizer que não é nada de cuidado*».

Teve nesta época um grave acontecimento na Corte: D. Maria Margarida de Mello Breyner, filha da 1ª. Duquesa de Ficalho, foi demitida de Dama e mandada sair do Paço, o que fez com que sua mãe pedisse para sair igualmente, tal como seu cunhado, Thomaz de Mello Breyner, o 2º. Conde de Lavradio, etc.

Dera-se uma intriga na Corte, o que a obrigaria a ausentar-se do Paço durante alguns anos. Recolheu-se então, à sua casa de Serpa no distrito de Beja. Começou, desde então, a envergar o capote e lenço da época, como uma mulher do povo, para se esquecer do cerimonial palaciano, mas sem olvidar as ingratidões.



D. Eugénia Maurícia Tomásia de Almeida Portugal (1784-1859),
1ª. Duquesa de Ficalho

Quando da morte da Rainha D. Maria II, ocorrida em Lisboa, a 15-11-1853, escrevia a 1ª. Duquesa de Ficalho para seu irmão, o 2º. Conde de Lavradio, o seguinte: «*Às duas horas, depois da meia-noite do dia 14 para 15, recebi ordem para ir para o Paço, onde cheguei perto das tres. Achei já a Imperatriz no quarto da Rainha, para onde entrei logo, achando*

Sua Majestade incomodada e mesmo pouco fora do seu costume. Assim estivemos até às cinco horas e então saímos ao quarto imediato e perguntámos ao Teixeira o que achava, dizendo-nos: Sua Majestade vae bem, mas devagar. Eu não gostei; e assim se foi passando até às oito horas e meia. Então é que o Teixeira chamou os facultativos, que estavam fora e que não tinham visto a Rainha e logo que a examinaram decidiu-se a horrivel operação. Os facultativos eram o Teixeira, o Farto e o Kessler e os médicos eram o Elias e o Benevides. O Kessler deu logo o caso por muito perigoso. Começou-se a operação. Eu subi para cima da cama. Do lado direito a Imperatriz, toda debulhada em lagrimas; a Rainha com animo, sem ter um desmaio, mas com muito mau parecer e queixando-se de que sofria bastante, disse com a sua voz natural: “Ó Teixeira! Se tenho perigo, diga-mo; não me engane!”».

A Imperatriz desceu da cama e disse-me: A Rainha deve-se confessar; e foi logo dizê-lo a El-Rei, que respondeu: Chamem o Patriarcha. Ora a este tempo já o Farto tinha baptizado o menino. O Patriarcha entrou, e a operação não estava de todo acabada e tudo era horroroso, mas eram mais de dez horas.

Acabou-se e o Patriarcha fallou com a Rainha, que estava bem mal e disse-lhe que fizesse com elle o acto de contricção para a absolver, mas, depois disto poudo Sua Majestade confessar-se, sacramentar-se e ungir-se, e ás onze e meia expirou. Não faço reflexões, mas tenho o maior sentimento de que não viessem o José Lourenço e Magalhães Coutinho, que os fôram buscar quando não havia remedio.

A Rainha dizia: Não é nada como das outras vezes. E Ella já tinha passado por uma operação. Não posso explicar a consternação de El-Rei D. Fernando e de todo o Paço. Triste embalsamação, que se fez no dia 16, estando eu sempre, e durou a do Infante e a da Rainha sete horas. Acabada esta aflicção, foi a de se vestir, o que era quase impossível, no estado de dissolução em que estava Sua Majestade, mas do modo possivel se fez, levando as Ordens e manto Real, mas foi preciso fechar o caixão, porque não é possível pintar o estado de dissolução».^[13]

Nasceu esta senhora em S.^{ta} Engrácia, Lisboa, a 22-9-1784, e morreu nas Mercês, Lisboa, a 1-3-1859, filha de D. António Máximo de Almeida Portugal Soares de Alarcão Mello Ataíde Eça Mascarenhas Sylva e Lancastre, 3.^o Marquês de Lavradio, com Honras de Parente, 6.^o Conde de Avintes, Mordomo--mor de El-Rei D. João VI e da Rainha D. Maria II de Portugal, etc., e de sua mulher, D. Ana Telles da Sylva (Tarouca), Dama da Rainha D. Maria I de Portugal e Dama da Ordem S.^{ta} Isabel^[14].

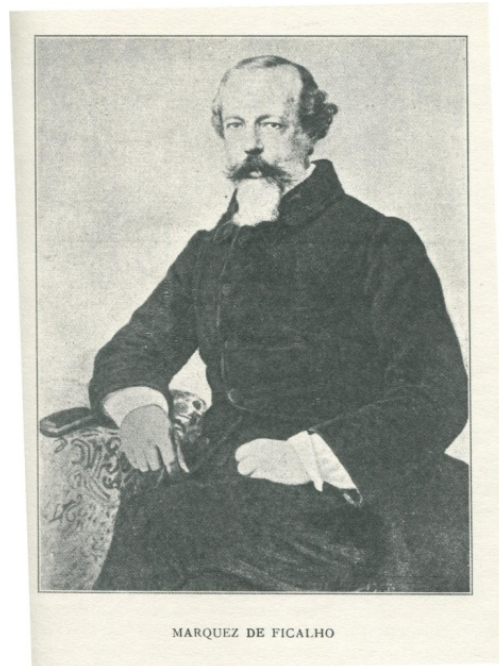


Da esquerda para a direita: António José Maria Ana Filipe Francisco de Assis Xavier Sales de Borja de Paula de Mello Breyner Telles da Sylva (1806-1893), 2º. Marquês de Ficalho; Luiz Maria José Ana Joaquim Domingos Francisco de Assis de Borja de Sales Xavier de Paula Evaristo Ciro Cipriano de Mello Breyner (1807-1876), 2º. Conde de Sobral e Francisco António de Jesus Maria Joaquim Ana Luiz Domingos Vicente de Paula de Borja de Assis Xavier de Sales de Mello Breyner (1811-1884), 2º. Conde de Mafra



Da esquerda para a direita: António José Maria Ana Filipe Francisco de Assis Xavier Sales de Borja de Paula de Mello Breyner Telles da Sylva (1806-1893), 2º Marquês de Ficalho; Luiz Maria José Ana Joaquim Domingos Francisco de Assis de Borja de Sales Xavier de Paula Evaristo Ciro Cipriano de Mello Breyner (1807-1876), 2º Conde de Sobral e Francisco António de Jesus Maria Joaquim Ana Luiz Domingos Vicente de Paula de Borja de Assis Xavier de Sales de Mello Breyner (1811-1884), 2º. Conde de Mafra

A descendência Ficalho



António José Maria Ana de Mello Breyner Telles da Sylva(1806-1893), 2º. Marquês de Ficalho

Foi seu filho primogénito varão António José Maria Ana Filipe Francisco de Assis Xavier Sales de Borja de Paula de Mello Breyner Telles da Sylva, 2º. Marquês de Ficalho de juro e herdade (decreto de 1-12-1834), 3º. Conde de Ficalho (decreto de 3-7-1823, contando as vidas verificadas em senhoras), Mordomo-mor de El-Rei D. Luís I de Portugal, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa (1866-1868), 6º. e último Senhor da Vila Verde de Ficalho e do Morgado de Serpa, Conselheiro de Estado Efectivo, Gentil-Homem da Câmara da Rainha D. Maria II e dos Reis D. Fernando II, D. Pedro V, D. Luís I e D. Carlos I de Portugal, Ajudante--de-Campo de El-Rei D. Pedro IV de Portugal, de D. Augusto de Leuchtemberg (primeiro marido da Rainha D. Maria II de Portugal), de D. Fernando II (segundo marido da mesma rainha) e do Duque da Terceira (durante as lutas liberais), Governador Civil de Évora (de 22-5-1846 a 1-6-1846) e de Beja (a 18-5-1851 a 3-6-1851), Tenente-Coronel do Exército, Par do Reino (por carta régia de 30-4-1826, tendo tomado posse na sessão de 16-8-1834), Grã-Cruz das Ordem de Cristo e da Torre-e-Espada, Comendador de S^{ta}. Maria-de-Alcanede na Ordem de Avis e Alcaide-mor da mesma vila, Comendador de S. Pedro de Gouveia, S. Martinho de Pinhel e de S^{ta}. Maria de Veia, todas na Ordem de Cristo, Grã-Cruz da Ordem da Rosa do Brasil, da Águia Vermelha da Prússia, de Carlos III da Espanha, de S^{to}. Estanislau da Rússia, etc., etc.

Assentou praça em Cavalaria n.º 4, a 10-6-1823, e sendo considerado Cadete, foi promovido a Alferes no campo da batalha em Arronches, a 14-12-1826, na qual os absolutistas de Magessi, tiveram de refugiar-se em Espanha pela Codiceira. Foi demitido do Exército em 18-3-1828, em virtude dos seus ideais políticos. Nas campanhas da Liberdade, foi Ajudante-de-Campo de El-Rei D. Pedro IV de Portugal, desde o desembarque deste Príncipe na Terceira a 30-3-1832, até à sua morte em 1834. Foi Ministro interino dos Negócios Estrangeiros de 14-1-1831 a 2-7-1831. Na batalha da

Praia-da-Vitória, ilha Terceira, Açores, assinalou-se pela sua bravura e no cerco do Porto, tomando parte em quase todos os combates que então se feriram, e foi promovido por distinção.

Desembarcou no Algarve, na força expedicionária do 1.º Duque da Terceira e quando da entrada das tropas deste em Lisboa foi libertar imediatamente a sua mãe ao Convento de Carnide. Foi a Munique, para acompanhar até Lisboa, como Ajudante-de-Campo, o Príncipe D. Augusto de Leuchtemberg, quando este se casou com a Rainha D. Maria II de Portugal. Morto este, e casada segunda vez a Rainha, continuou exercendo idêntico cargo junto de El-Rei D. Fernando II, até dar baixa do serviço com o posto de Tenente-Coronel⁽¹⁵⁾.



MISSA NA LEGAÇÃO DE PORTUGAL EM LONDRES

Missa na Legação de Portugal em Londres em 9-5-1859:

junto ao altar e voltado para a assistência, o celebrante Cardeal Nicholas Patrick Stephen Wiseman (1802-1865), Arcebispo de Westminster; na primeira fila, todos ajoelhados, e da esquerda para a direita, Carlos António Joaquim Seferim Frederico de Hohenzollern-Sigmaringen (1811-1885), príncipe reinante Casa de Hohenzollern--Sigmaringen (1848-1849), sua filha a Rainha D. Estefânia Josefa Frederica Guilhermina Antónia de Hohenzollern-Sigmaringen (1837-1859) e seu filho Leopoldo Estevão Carlos António Gustavo Eduardo Tassilo de Hohenzollern-Sigmaringen (1835-1905), príncipe e Chefe da Casa de Hohenzollern-Sigmaringen; um pouco atrás da rainha, D. Maria Ana Luísa Filomena de Mendonça (1808-1866), Duquesa da Terceira, Camareira-mor da Rainha D. Estefânia; de joelhos também se vê D. Joaquina José de Mello (1817-1858), Condessa do Lavradio (no primeiro plano); entre os homens que se encontram em pé na primeira fila, e da esquerda para a direita: António José de Sousa Manuel e Menezes Severim de Noronha (1792-1860), 1.º Duque da Terceira com Honras de Parente, António José Maria

Ana de Mello Breyner Telles da Sylva (1806-1893), 2º. Marquês de Ficalho e D. Francisco de Almeida Portugal (1797-1870), 2º. Conde de Lavradio, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ministro Plenipotenciário em Londres (1851-1869); nas filas de trás o resto da comitiva portuguesa.

Nasceu nas Mercês, Lisboa, a 22-8-1806, e morreu nas Mercês, Lisboa a 27-4-1893, sendo sepultado no cemitério dos Prazeres em jazigo de família. Casou em Carnide, Lisboa, na capela da Quinta do Conde de Sobral na Luz, a 14-9-1834, com D. Maria Luísa Braamcamp Sobral de Almeida Castelo-Branco de Narbonne-Lara, Dama de Honor das Rainhas D. Maria II, D. Estefânia e D. Maria Pia, que nasceu em Paris, França, a 2-10-1812, e morreu no Palácio dos Caetanos, Mercês, Lisboa a 19-8-1890, sendo sepultada no cemitério dos Prazeres, irmã da 2ª. condessa de Sobral e filha de Hermano José Braamcamp de Almeida Castelo Branco, 1º. Conde, 1º. Visconde com Grandeza e 3º. Barão de Sobral, etc., e de sua mulher Louise-Amable-Rion-Françoise de Narbonne-Lara, com direito a Grandeza de Espanha de 1ª. Classe, como herdeira de seu tio paterno, o 2º. Duque de Narbonne, Dama de Honor da Rainha D. Maria II de Portugal (a 8-7-1834), etc^[16].

Foi segundo filho varão Luiz Maria José Ana Joaquim Domingos Francisco de Assis de Borja de Sales Xavier de Paula Evaristo Ciro Cipriano de Mello Breyner, 2º. Conde de Sobral (decreto de 14-2-1846), Coronel de Infantaria, Par do Reino (carta régia de 13-1-1852, tomando posse a 3-2-1852), Governador Civil de Lisboa (de 17-5-1851 a 24-8-1852 e de 28-8-1856 a 2-8-1858), Ajudante-de-Campo Honorário de El-Rei D. Fernando II de Portugal (a 8-4-1836) e Efectivo de S.A. o Infante D. Augusto, Grã-Cruz da Ordem de Cristo (a 24-8-1852) e da Ordem de S. Gregório Magno (por breve de 14-1-1862), Comendador da Ordem da Torre-e-Espada (1857), Cavaleiro da Ordem de S. Bento de Avis (1834), condecorado com a medalha 8 das Campanhas da Liberdade (1834) e com as de Valor, Bons Serviços e Comportamento Exemplar, etc.

Foi inicialmente educado no Colégio dos Padres do Espírito Santo e a 29-11-1826 assentou praça em Cavalaria n.º 4. Cedo tomou parte em operações militares a favor da causa constitucional, fazendo parte das forças que operavam no Alentejo.

Em 1828 teve de emigrar e foi reunir-se às forças constitucionais da Ilha Terceira. Tomou logo parte activa nos combates travados nos Açores, para submeter as outras ilhas à causa da Rainha e da Carta.

Na tomada da ilha de S. Jorge, comandada por Sá da Bandeira, portou-se de modo a merecer louvor oficial desse chefe.



Luís Maria José Ana Joaquim de Mello Breyner (1807-1876), 2º. Conde de Sobral

Coubera a Thomaz de Mello Breyner (1786-1854), tio paterno do Conde de Sobral, a honra de receber das mãos imperiais a primeira bandeira azul e branca, bordada por D. Maria II, a ser implantada no Continente, com o desembarque do Exército liberal no Mindelo, em 8-7-1832. Diante das tropas régias, o Imperador D. Pedro I quisera honrar deste modo o irmão deste e pai dos Ficalhos, o bravo de Arapiles, o voluntário de guerra contra os franceses, que aos vinte e nove anos voltara a assentar praça. Este episódio está figurado em baixo relevo no sopé da estátua equestre de D. Pedro IV, levantada na grande praça do Porto. Vê-se ali o voluntário de grande estatura e barbudo, envergando uma fardeta de alamares e tendo na cabeça uma barretina alta. Na mão esquerda tem uma espingarda, estendendo a direita para receber do Imperador a bandeira^[17].



Thomaz de Mello Breyner (1786-1854)

Depois do desembarque do Mindelo, Luís de Mello Breyner, como Alferes de Cavalaria n.º 10, tomou parte em todos os combates em que o seu regimento se achou, que foram numerosos, nomeadamente no Porto, Torres Novas, Leiria e Pernes (a 30-1-1834).

Em 24-12-1833 recebia a Torre-e-Espada pelos seus feitos em combate, e terminada a campanha foi chamado pelo Imperador, em 1833, a servir no seu Estado-Maior, na qualidade de Oficial às Ordens. Em 1834, foi Cavaleiro da Ordem de S. Bento de Avis, pela sua bravura e pela Rainha se recordar da «*grande estimação em que o tinha o Imperador D. Pedro IV*»; em -7-1835, foi Tenente de Cavalaria n.º 1; em 20-3-1838, foi promovido a Capitão de Cavalaria n.º 2 e, posteriormente, a 23-6-1838, Comandante da 3ª. Companhia de Lanceiros da Rainha.



Estátua de D. Pedro IV na praça da Liberdade no Porto

Em 7-4-1836, nas vésperas do consórcio régio, foi nomeado Ajudante-de-Campo de D. Fernando, por espontânea deliberação da Rainha D. Maria II. O próprio D. Fernando II, a quem ele servira vários anos de Ajudante-de-Campo, tinha por ele a maior estima e afeição, de que muitas e elevadas provas lhe deu.

Não tomou parte activa nas lutas que dividiram os constitucionais, obedecendo sempre como militar disciplinado à autoridade que considerava legítima, quando esta tivesse a sanção da Rainha. Em 1843, pediu para passar à então chamada 3^a. Secção do Exército, que era uma situação de inactividade, no posto de Major graduado e, em 5-9-1864 passou definitivamente à reforma.

Afastado da política até ao movimento da “Regeneração” em 1851, ocupou-se na realização de melhoramentos agrícolas nas suas propriedades de Almeirim, mas, em 17-5-1851, a instâncias do Duque de Saldanha, aceitou o cargo de Governador Civil de Lisboa, que exerceu até 24-8-1852, data em que pediu a demissão, devido a um desencontro de opiniões com o ministro do Reino, Rodrigo da Fonseca Magalhães. Contudo, nesse mesmo dia, conferia-lhe a Rainha D. Maria II a Grã-Cruz da Ordem de Cristo. Segunda vez exerceu as ditas funções, de 28-8-1856 até 2-8-1858.



Baixo-relevo da estátua de D. Pedro IV na praça da Liberdade no Porto

Durante as graves epidemias que assolaram Lisboa (*cholera morbus*, em 1856, e febre amarela, em 1857), no curto reinado de El-Rei D. Pedro V de Portugal, a sua acção foi meritória e notável.

Retirado nas suas propriedades, e só tomando parte episódica nas sessões da Câmara Alta, onde tinha assento, ocupou-se activamente da lavoura e da pecuária, sendo afamados os seus cavalos^[18].

À sua iniciativa se deveu a organização em Portugal das conferências de S. Vicente de Paulo, sendo o seu primeiro presidente^[19].

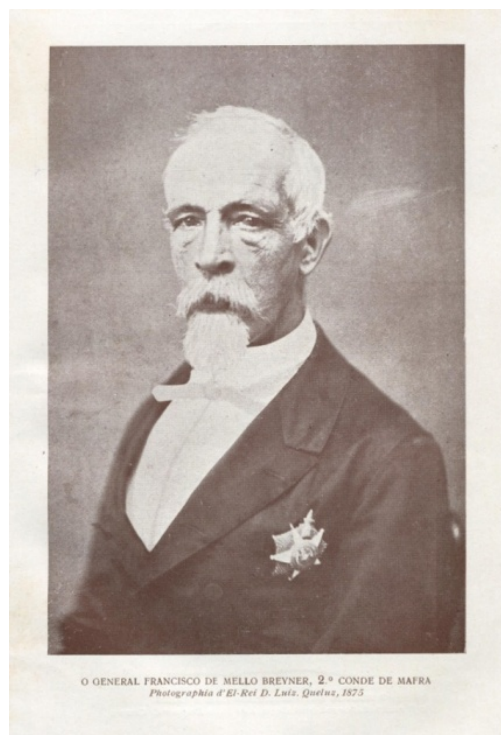
Nasceu nas Mercês, Lisboa, a 26-10-1807, e morreu no Palácio da Rua de S. Boaventura n.º 11, Mercês, Lisboa, a 1-12-1876. Casou no oratório da casa da residência do Barão de

Sobral, no sítio da Luz, Carnide, Lisboa, a 2-10-1834, com D. Francisca Joana Maria Adelaide Braamcamp Sobral de Almeida Castelo-Branco de Narbonne-Lara, 2^a. Condessa, 2^a. Viscondessa com Grandeza e 3^a. Baronesa de Sobral (decretos de 14-2-1846), 6^a. Senhora da vila de Sobral de Monte Agraço, 6^a. Administradora do vínculo de Sobral, 4^a. do vínculo da Luz, Dama de Honor da Rainha D. Maria II de Portugal, representante do título ducal de Narbonne em França, com direito a Grandeza de Espanha de 1^a. classe, etc., que nasceu em Paris, França, a 3-6-1808, e morreu em Lisboa, a 15-6-1886. Era filha de Hermano José Braamcamp de Almeida Castelo-Branco, 1^o, Conde, 1^o, Visconde com Grandeza e 2^o, Barão de Sobral, etc., e de sua mulher Louise-Amable-Rion-Françoise de Narbonne-Lara, com direito a Grandeza de Espanha de 1^a. classe, como herdeira de seu tio paterno o 2^o. Duque de Narbonne, Dama de Honor da Rainha D. Maria II (a 8-7-1834), etc.

Por carta anónima soube a Condessa de Sobral da existência dum menino que o marido tivera duma senhora inglesa. Veio este a ser Luiz de Mello Breyner, futuro Director dos Jardins do Real Palácio de Ajuda. Sabendo que o rapaz, já então com doze anos, estava no Colégio dos Padres Irlandeses, meteu-se na carruagem e foi buscá-lo. Quando chegou a casa, subiu a uma sala, onde os filhos dela estavam dando lição com o futuro Cardeal Patriarca de Lisboa D. Inácio do Nascimento Morais Cardoso (1811-1883), capelão e confessor do rei D. Pedro V e Bispo do Algarve (1863-), e disse-lhes então «*Meus filhos, aqui têm o mano que não conheciam ainda. Sejam muito amigos dele, como eu também sou*». E dizendo isto, beijou-o com ternura. O Luiz de Mello Breyner, tratado sempre com tanto carinho como os irmãos, era já homem quando soube que a virtuosa senhora não era a mãe dele.

Foi terceiro filho varão José Maria António Joaquim Ana Luiz Domingos Francisco Xavier de Paula João Boaventura de Mello Breyner, Oficial da Armada, Cavaleiro da Ordem de S. João de Jerusalém, que nasceu nas Mercês, Lisboa, a 30-3-1810, e morreu sem geração.

Foi quarto filho varão Francisco António de Jesus Maria Joaquim Ana Luiz Domingos Vicente de Paula de Borja de Assis Xavier de Sales de Mello Breyner, 2^o. Conde de Mafra (decreto de 7-1-1870), Gentil-Homem da Câmara de El-Rei D. Luís I e seu Camarista (decreto de 7-1-1870), Ajudante-de-Campo de El-Rei D. Luís I (a -6-1866) e de seu pai D. Fernando II, Grã-Cruz da Ordem de S. Bento de Avis, Comendador da Ordem da Torre-e-Espada e da Ordem da Rosa do Brasil, da Ordem de S. João de Jerusalém (Malta), General de Brigada Reformado (a 9-7-1869), condecorado com a medalha do algarismo 3 pelas Campanhas da Liberdade, etc., etc.



Francisco António de Jesus Maria Joaquim de Mello Breyner, 2º. Conde de Mafra
(1811-1884)

Assentou praça a 26-3-1823, tendo sido um dos 7500 bravos do Mindelo. Com tal valor se houve nas linhas do Porto, que por distinção foi promovido a Alferes e a Tenente, respectivamente pelos seus feitos nas acções de 29-9-1832 e 24-1-1833. Neste último combate foi gravemente ferido por se ter prestado voluntariamente a levar uma mensagem de grande importância a descoberto e sob o fogo dos miguelistas. Foi nessa ocasião que recebeu a Torre-e-Espada das mãos de El-Rei D. Pedro IV de Portugal. Restabelecido dos seus graves ferimentos, voltou a servir colocado então no Estado-Maior General e, em 29-1-1846, foi nomeado Ajudante-de-Campo de El-Rei D. Fernando II.

Em 1837, passou a fazer serviço no Batalhão Naval, mas em 1840 voltou para o serviço do Exército. Em Dezembro de 1846, pediu a demissão por motivos políticos. Depois de acabada a Guerra Civil, foi reintegrado no posto de Capitão que antes tinha e, sucessivamente, promovido aos diversos postos, até ao de Coronel. Neste posto comandou a Infantaria 17 (Évora) e o Batalhão de Caçadores 5. Em Junho de 1866, D. Luís I nomeou-o General de Brigada e, por decreto de 7-1-1870, passou às funções de Camarista de El-Rei D. Luís I.

Passou os últimos anos de vida em Mafra, quando a sua saúde o impedia já de fazer vida activa^[20]. Nasceu no Palácio dos Caetanos, Mercês, Lisboa, a 5-4-1811, e morreu no Palácio de Sintra a 16-10-1884. Casou na capela de S^{to}. António da Convalescença, S. Sebastião da Pedreira, Lisboa a 18-2-1852 com D. Emília Pecquet da Silva, que nasceu em N. Sr^a. da Purificação de Sacavém, Lisboa, a 22-8-1824, e morreu em Lisboa a 19-1-1895, filha de Filipe Nery da Silva, e de sua mulher Anne Rosalie Pecquet, com

geração.^[21]_

Bibliografia

CANEDO, Fernando de Castro da Silva - *A Descendência Portuguesa de El-Rei D. João II*, vol. III, Lisboa: Edições Gama, Limitada, 1945.

CARVALHO, Maria Amália Vaz de - *Vida do Duque de Palmela D. Pedro de Sousa e Holstein*, vol. III, Lisboa: Imp. Nacional, 1898-1903.

CONDE (O) de Sobral, Luiz de Mello Breyner: *Apontamentos da sua vida por uma testemunha da sua morte*, Lisboa: Typographia Castro Irmão, 1877.

FREIRE, Anselmo Braamcamp - *Brasões da Sala de Sintra*, 2ª edição, Coimbra: Impr. da Universidade, 1921-30.

LETTERS (*The*) of Queen Victoria: *A selection from her majesty`s correspondence between the years 1837 and 1861*, vol. I - 1837-1843, Chapter VI, 1837, published by authority of His Majesty the King, London: John Murray: Albemarle Street, W., 1908.

MAFRA, 4º. Conde de - *Memórias do Professor Thomaz de Mello Breyner, 4º. Conde de Mafra*, 1º. vol.: 1869-1880, Lisboa: Parceria António Maria Pereira-Liv. Editora, 1930.

MARTINS, Rocha - *Heroínas Portuguesas*, cap. III - *A Duquesa de Ficalho*, Porto: Livraria Lello Limitada Editora, 1933.

MONTEIRO, José Maria de Sousa - *História de Portugal*, Tomo V, Lisboa: Typ. de Antonio José da Rocka 1838.

NOBREZA *de Portugal e Brasil*, vol. II e III, Lisboa: Ed. Enciclopédia, 1960-61.

PORTUGAL, D. Francisco de Almeida - *Memórias do Conde de Lavradio D. Francisco de Almeida Portugal*, 8 vols., Lisboa: Imprensa Nacional, 1937.

^[1] _ cf. Era filho de António José de Mello (* em S.^{ta} Maria de Serpa a 7-4-1734, † em Lisboa 6-8-1790), 4º. Senhor da Vila Verde de Ficalho, Senhor do Morgado de Serpa, Comendador de S. Martinho de Pinhel, S. Pedro de Gouveia e de S.^{ta} Maria de Veia, todas na Ordem de Cristo, Cavaleiro professo da mesma Ordem, Alcaide-mor das vilas de Alcanede e Pernes, Deputado da Junta dos Três Estados, Coronel do 1º. Regimento de Infantaria de Olivença; começou a organizar no seu Palácio de Serpa um museu

arqueológico, como deu conta numa correspondência enviada daquela vila para a Gazeta de Lisboa, em 6-2-1779 e de D. Maria Margarida Josefa Telles de Lima, com quem casara em S. Lourenço, Lisboa a 24-9-1780 (* em S.^{ta} Maria de Serpa a 15-7-1757, † em Lisboa a 20-11-1820), filha de D. Tomás Xavier de Lima Nogueira Vasconcelos Telles da Sylva (* em Ponte de Lima a 12-10-1727, † a 23-12-1800), 1.^o Marquês de Ponte de Lima de juro e herdade (por carta de 17-12-1790), 13.^o Visconde de Vila Nova de Cerveira, com honras de Grande que competem aos Condes (por carta de 3-9-1750), o 1.^o título de Visconde em Portugal, Mordomo-mor (a 20-11-1780) e Gentil-Homem da Câmara da Rainha D. Maria I, Vedor da Casa da Rainha-mãe, Conselheiro de Estado (a 9-7-1796), Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino (a 14-3-1777), Ministro Assistente ao Despacho e da Fazenda (a 15-12-1788), etc., e de sua mulher D. Eugénia Maria Josefa de Bragança (* a 31-10-1725, † a 29-12-1800).

^[2] _ cf. William Carr Beresford (* na Irlanda em 1768, † em 8-1-1854), militar britânico, 1.^o Marquês de Campo Maior (17-12-1812) e 1.^o Conde de Trancoso em Portugal, Visconde de Beresford na Grã-Bretanha, Marechal (1809) e Marechal-General do Exército Português (desde 1816), foi comandante em Chefe durante toda a Guerra Peninsular, de Março de 1809 até à Revolução Liberal de 1820, gozando de plenos poderes de governação, devido à ausência da Corte portuguesa, refugiada no Brasil.

^[3] _ cf. Nobreza de Portugal e Brasil, vol. II, Lisboa: Ed. Enciclopédia, 1960-61, pp. 594-595; Fernando de Castro da Silva Canedo - Descendência (A) Portuguesa de El-Rei D. João II, vol. III, Lisboa: Edições Gama Limitada, 1945, p. 356; Anselmo Braamcamp Freire - Brasões da Sala de Sintra, vol. I, 2.^a edição, Coimbra: Impr. da Universidade, 1921-30, p. 458.

^[4] _ cf. O mesmo que a nota anterior.

^[5] _ cf. The Letters of Queen Victoria: A selection from her majesty`s correspondence between the years 1837 and 1861, vol. I - 1837-1843, Chapter VI, 1837, published by authority of His Majesty the King, London: John Murray: Albemarle Street, W., 1908, p. 58.

^[6] _ cf. The Letters of Queen Victoria, op. cit., p. 59.

^[7] _ cf. D. Vitório Maria Francisco de Souza Coutinho Teixeira de Andrade Barbosa, (* em Turim, Itália em 25-6-1790, † no Palácio de Arroios, Lisboa a 30-6-1857), 2.^o Conde de Linhares, 2.^o Senhor do Paialvo, Par do Reino (carta régia de 30-4-1826), Mordomo-mor da Rainha D. Maria II de Portugal (de 7-2-1850 a 3-3-1850, após Saldanha ser demitido deste cargo, até à data em que o Duque da Terceira foi nomeado para Mordomo-mor), Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário na Corte de Turim (-4-1835),

Presidente do Conselho de Ministros (de 4-5-1835 a 27-5-1835), Ministro da Marinha e do Ultramar (1835), Brigadeiro do Exército, Gentil-Homem da Câmara da Rainha D. Maria II de Portugal, Comendador das Ordens de Cristo e da Torre-e-Espada, da Ordem de S. Maurício e S. Lázaro da Sardenha e condecorado com a Estrela de Ouro de Montevideu, pela campanha do Rio da Prata, na qual tomou parte, etc., in Nobreza de Portugal e do Brasil, vol. II, p. 691.

^[8] _ cf. José Maria de Sousa Monteiro - História de Portugal, tomo V, Lisboa: Typ. de Antonio José da Rocka 1838, p. 128.

^[9] _ cf. Maria Amália Vaz de Carvalho - Vida do Duque de Palmela D. Pedro de Sousa e Holstein, vol. III, Lisboa: Imp. Nacional, 1898-1903, p. 160.

^[10] _ cf. D. Francisco de Almeida Portugal - Memórias do Conde de Lavradio D. Francisco de Almeida Portugal, vol. III, Lisboa: Imprensa Nacional, 1937, pp. 78 e 86.

^[11] _ cf. Luís do Rego Barreto (* em Viana do Castelo a 28-10-1777, † 7-9-1840), 1º Visconde de Geraz do Lima (a 27-4-1835), General e Governador-Geral de Pernambuco (1-7-1817 a 5-10-1821), Governador de Armas do Minho (1822), oficial português que se distinguiu no combate às invasões francesas.

^[12] _ cf. D. Francisco de Almeida Portugal, 2º. Conde de Lavradio (decreto de 1-12-1834), Par do Reino (carta régia de 1-10-1835), Ministro dos Negócios Estrangeiros (de 1-8-1826 a 9-6-1827 e de 26-5-1846 a 6-10-1846), Conselheiro de Estado Honorário (a 28-8-1826), Veador da Infanta D. Isabel Maria, Grã-Cruz da Ordem de Cristo, Torre-e-Espada, Leopoldo da Bélgica, de Ernesto Pio de Saxe, Guelfos de Hanôver, do Danebrog da Dinamarca, Comendador da Ordem de N. S^{ra}. da Conceição de Vila Viçosa, condecorado com a Ordem de Hohenzollern de 1ª. classe, Ministro Plenipotenciário em Londres (por decreto de 30-7-1851 a 1869) e em Roma (1869-1870), Conselheiro de Embaixada em Madrid (1818) e em Paris (1819-1821), Presidente da Câmara dos Pares (de 7-12-1857 a 1-2-1870), Sócio da Academia Real das Ciências, etc. Começou a carreira diplomática em 1818, ano em que foi nomeado conselheiro de embaixada em Madrid, e no ano seguinte, em 1819 foi transferido para o mesmo cargo em Paris, lugar que exerceu até acabarem os conselheiros de embaixada em 1821. Nesse ano foi nomeado pelo governo liberal, que se estabelecera no país, encarregado de negócios em Viena de Áustria, mas como o príncipe de Metternich não quis reconhecer os governos saídos da revolução, este não pode partir para o seu destino e recebeu ordem de ficar em Paris. Outorgada a Carta Constitucional em 1826 e organizado o governo segundo os novos princípios, foi chamado ao ministério pela Infanta Regente D. Isabel Maria, em 1 de Agosto desse ano, sendo nomeado Conselheiro de Estado no dia 28 deste mês. No dia 6 de Dezembro seguinte pediu a demissão, mas quatro dias depois tornou a ser chamado pela regente para o elenco governamental. Como ministro dos Negócios Estrangeiros teve logo de protestar

contra o procedimento do governo espanhol, que protegia abertamente os revolucionários absolutistas e como a protecção continuasse, viu-se obrigado a pedir socorro à Inglaterra, que prontamente nos enviou uma divisão comandada pelo general Clinton. Visto a situação ser insustentável, a rainha D. Carlota Joaquina e as cortes intrigavam, havia dissidências entre os ministros, e D. Francisco de Almeida Portugal viu-se obrigado a pedir definitivamente a sua demissão em 6-6-1827. Após o golpe de Estado de D. Miguel I, protestando contra esse acto, resolveu emigrar imediatamente, indo para França, onde o partido da regência o nomeou ministro, e naquela qualidade apresentou as suas credenciais a Carlos X, a 25-4-1830, e a Luís Filipe, Rei dos Franceses, a 19 de Setembro do mesmo ano. Teve encargos importantíssimos, como o de velar pela rainha D. Maria II, durante a sua residência em Paris, onde esteve completando a sua educação, cargo tão honroso como cheio de responsabilidades; o de auxiliar o duque de Bragança, D. Pedro IV, na organização da expedição libertadora, e foi ainda ele quem tratou com o maior zelo de favorecer no estrangeiro a causa da liberdade, que então se via em extremos apuros, achando-se o exército de D. Pedro bloqueado no Porto, e sem esperanças de ver terminada aquela dolorosa situação. Foi Encarregado de Negócios em Madrid, a 4-4-1835, mas logo a 23 de Maio partiu para Londres para tratar de difíceis negociações. A 11-12-1835, foi ele o escolhido para ir à Corte de Saxe Coburgo, para ajustar o casamento de D. Maria II com D. Fernando, após a morte prematura de D. Augusto de Leuchtemberg, primeiro marido daquela soberana. Assim, com plenos poderes da Rainha, assinou em seu nome, o contrato nupcial de casamento por procuração, em 1-12-1835, e acompanhou a Lisboa o novo Príncipe Consorte, voltando depois a exercer as funções de Ministro de Portugal em Madrid. Em 1851 era nomeado Ministro em Londres, onde se conservou dezoito anos, dando a plena medida das suas grandes capacidades diplomáticas e da sua grande influência junto dos governos britânicos. Lord Palmerston, tinha por ele e pelas suas opiniões a maior consideração, sendo um dos diplomatas estrangeiros que mais atendia. Conquistou a simpatia e até a amizade da Rainha Vitória de Inglaterra e do Príncipe Alberto, sendo recebido por estes com uma intimidade, como a poucos foi concedida. Devido às suas ideias liberais, foi chamado pela rainha D. Maria II ao poder, no ministério que se organizou em 26-5-1846, encarregando-se da pasta dos Negócios Estrangeiros. Este ministério durou apenas até ao golpe de Estado de 6 de Outubro do mesmo ano, e o 2º. Conde do Lavradio foi para a câmara dos pares, fazendo enérgica oposição ao governo. Em 1857, foi acreditado junto do Rei da Prússia, Frederico Guilherme IV, para negociar o casamento de El-Rei D. Pedro V com a Princesa Estefânia de Hohenzollern-Sigmaringen. O tratado de casamento foi assinado em 8-12-1857, tendo sido plenipotenciário o Conde de Lavradio, por parte de Portugal, e Luiz de Massow, por parte da Prússia. A 29-4-1858 realizou-se a cerimónia nupcial em Berlim, sendo o noivo representado pelo Príncipe Leopoldo de Hohenzollern-Sigmaringen, que acompanhou a irmã D. Estefânia a Portugal, casando-se, mais tarde, com a Infanta D. Antónia, irmã de D. Pedro V. Em 7-2/3-1869, foi transferido para Roma, mas por pouco tempo naquela legação, porque a morte surpreendeu-o, contando setenta e três anos de idade e mais de cinquenta de vida diplomática, * em Lisboa, Santa Engrácia, a 12-7-1797, † Roma 1-2-1870. Casou 1ª. vez em Alcântara, Lisboa, a 6 ou 10-7-1840, com D. Joaquina José de Mello (* em Alcântara, Lisboa, a 23-1-1817, †Londres a 22-12-1858), Dama da Ordem de S^{ta}. Isabel, filha dos 9^{os}. Condes de S. Lourenço, sem

geração. Casou 2ª. vez a 10-2-1866 com D. Maria Rita Tenório y Moscoso (* a 23-7-1836), filha de D. Pedro Carlos Tenório y Moscoso e D. Maria da Luz Miranda e Silva, sem geração.

^[13] — cf. D. Francisco de Almeida Portugal, op. cit., vol. IV, pp. 329-331.

^[14] — cf. Rocha Martins - Heroínas Portuguesas, cap. III - A Duquesa de Ficalho, Porto: Livraria Lello Limitada Editora, 1933, pp. 85-124, e 4º. Conde de Mafra - Memórias do Professor Thomaz de Mello Breyner, 4º. Conde de Mafra, 1º. vol.: 1869-1880, Lisboa: Parceria António Maria Pereira-Liv. Editora, 1930, pp. 27-30.

^[15] — cf. Nobreza de Portugal e Brasil, vol. II, op. cit pp. 595-596; Fernando de Castro da Silva Canedo, op. cit., vol. III, p. 356; Anselmo Braamcamp Freire, vol. I, op. cit., pp. 458-459.

^[16] — cf. Deste casal foi filho Francisco Manuel Domingos Luiz Gonzaga Maria José Xavier Borja Sales de Mello Breyner, 4º. Conde de Ficalho, Mordomo-mor de El-Rei D. Carlos I de Portugal e um dos “Vencidos da Vida”, o célebre grupo que reunia o escol da intelectualidade portuguesa do seu tempo (* em Santos-o-Velho, Lisboa, a 27-7-1837, † no Palácio dos Caetanos, Mercês, Lisboa, a 19-4-1903).

^[17] — cf. Thomaz de Mello Breyner (* Lisboa a 3-6-1786, † na rua do Carvalho, Mercês, Lisboa em casa de seu sobrinho o Marquês de Ficalho, a 11-10-1854, sem geração, sendo sepultado no cemitério dos Prazeres), Enfermeiro-mor e Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, Gentil-Homem da Câmara da Rainha D. Maria II, Cavaleiro da Ordem de S. João de Jerusalém, Oficial da Ordem da Torre-e-Espada, Comendador das Ordens de Ernesto Pio de Saxe e de Leopoldo da Bélgica, Deputado da Junta do Tabaco, Conselheiro de Embaixada junto da Corte de França; fez parte do exército liberal, sendo um dos 7500 bravos que desembarcou no Mindelo, a 8-7-1832; recebeu das mãos do Imperador do Brasil, D. Pedro IV, a primeira bandeira azul e branca a ser implantada no continente, bordada por D. Maria II, Rainha de Portugal, in Fernando de Castro da Silva Canedo, op. cit., vol. III, p. 355 e 4º. Conde de Mafra, op. cit., p. 22.

^[18] — cf. O Conde de Sobral, Luiz de Mello Breyner: Apontamentos da sua vida por uma testemunha da sua morte, Lisboa: Typographia Castro Irmão, 1877, p. 12-14, 16, 22, 27, 34-35.

^[19] — cf. Nobreza de Portugal e Brasil, vol. III, op. cit pp. 393-394; Fernando de Castro da Silva Canedo, op. cit., vol. III, p. 367; Anselmo Braamcamp Freire, vol. I, op. cit., pp.

459-460.

^[20] cf. Nobreza de Portugal e Brasil, vol. II, op. cit pp. 712; Fernando de Castro da Silva Canedo, op. cit., vol. III, p. 360; Anselmo Braamcamp Freire, vol. I, op. cit., p. 459.

^[21] cf. Deste casal foi filho Thomaz Maria António Francisco Assis de Borja de Mello Breyner, 4º. Conde de Mafra, Doutor em Medicina e Cirurgia pela Escola Médico Cirúrgica de Lisboa (* em S. Cristóvão, Lisboa a 2-9-1866, † em S.^{ta} Isabel, Lisboa a 24-10-1933. Tiveram ainda uma irmã mais velha D. Maria Margarida da Piedade Antónia Teresa Xavier de Sales José Francisco de Assis de Paula de Mello Breyner, Dama das Rainhas D. Maria II, D. Estefânia e D. Maria Pia, Dama da Ordem de S.^{ta} Isabel, que nasceu nas Mercês, Lisboa a 19-9-1805, e morreu na rua de Buenos-Aires n.º 10, Lapa, Lisboa a 23-12-1875, e casou nas Mercês, Lisboa a 14-4-1828 com D. Thomaz de Assis Mascarenhas, Grã-Cruz da O. Avis, Comendador da Ordem de N. Sr.^a da Conceição de Vila Viçosa, Cavaleiro da Legião de Honra de França, Brigadeiro do Exército, Ajudante de Campo do Infante D. Miguel, Comandante em Chefe do Exército, Ministro Plenipotenciário em Londres, Moço Fidalgo da Casa Real, que nasceu em Santos-o-Velho, Lisboa a 28-2-1791, e morreu nas linhas de Lisboa a 5-9-1833, filho de D. José-de-Assis Mascarenhas Castelo Branco da Costa Lencastre, 4º. Conde de Óbidos, e de sua mulher D. Helena Maria Josefa Xavier de Lima, sem geração.